

MFA na Guiné-Bissau

Jorge Sales Golias

1. Origens do movimento

A história do MFA na Guiné é, talvez, nos seus primórdios, a história das origens do movimento revolucionário que haveria de passar pelo Movimento dos Capitães (MOCAP) e, mais tarde, pelo próprio Movimento das Forças Armadas (MFA).

A deteriorização progressiva da situação militar - devido à quebra na supremacia aérea pela introdução no teatro de operação de mísseis terra-ar - a pequenez do território permitindo uma ligação suficiente e a abertura feita pelo então General Spínola, ao ferir o status quo, apontando uma saída política através de negociações com o PAIGC, criaram as condições para que, na Guiné, se ultrapassasse, com relativa facilidade a fase contestaria de classe dos oficiais do QP, por via do decreto «Sá Viana», esboçando-se já em Agosto de 73 um embrião de espírito revolucionário. Assim, numa reunião havida no Agrupamento de Transmissões em Bissau, com a participação de cerca de 40 oficiais do QP, pensa-se que pela primeira vez se falou em revolução quando um dos presentes intervém afirmando ser aquela provavelmente a primeira reunião do Exército Português que marcará o início de um processo revolucionário irreversível, tendente a depor o regime fascista vigente e pôr termo à guerra colonial. Estas palavras caíram como uma «bomba» na reunião e é verdade que afastaram até alguns oficiais. Porém, na reunião seguinte, cerca de uma semana depois, outros oficiais apareciam já a admitir a viabilidade da intervenção citada.

No entanto, e voltando um pouco atrás, recorda-se que a primeira havida em Bissau foi motivada pelo Decreto das «ultrapassagens», da autoria do então ministro Sá Viana Rebelo, cuja história é conhecida. Assim, no Clube Militar de Oficiais em Bissau reuniram cerca de 12 oficiais para abordarem, em termos classistas, a situação criada pela medida ministerial. Nessa reunião foram os presentes alertados para o facto de se estar a discutir um problema específico de reivindicação de classe, importante era certo, mas pequeno quando comparado com os problemas reais do Exército e do Povo Português, esses sim merecedores da maior atenção. Foi nesta linha de pensamento que se decidiu pela reunião já referida no Agrupamento de Transmissões.

Mas, muito antes destes acontecimentos, havia já um *pequeno grupo*, que, na mais rigorosa clandestinidade, planeava a difusão de informação com o objectivo de alertar e despertar as consciências. Refere-se este facto, porque este grupo esteve ligado a um projecto de rebelião na Guiné.

Assim, em fins de Dezembro de 73, chega à Guiné, o Tenente Coronel Banazol, à frente de um Batalhão que, em Lisboa, criou problemas ao recusar o embarque para Bissau. Acabaria por fazê-lo à força e fraccionado. Em Fevereiro de 74, o Tenente Coronel Banazol, alertado em Lisboa pelo Major Otelo, promovia um encontro com aquele pequeno grupo de oficiais. Em Nhacra (a 30 km de Bissau) discutiu-se a hipótese de aproveitar a passagem do Batalhão por Bissau, a caminho de Bambadinca para, à hora do briefing diário - 08H30 - cercar o Comando-Chefe, na Amura e tomar o poder. A oportunidade era aliciante, mas acabaria por ser rejeitada, após reflexão de 24 horas, porque o prazo de acção - 8 dias - não permitia contactos com o interior, não havia em Bissau tropas de confiança para apoio - os pára-quedistas estavam no Nordeste onde a situação era muito quente - e a esperança do golpe em Lisboa tinha sido prometida à Guiné antes da invasão que se anunciava por parte do PAIGC.

Entretanto o Tenente-Coronel Banazol, de motu próprio, tentaria pouco depois lançar o *Movimento de Resistência das Forças Armadas* através de um panfleto que fez circular no T.O . Neste panfleto marcava um prazo de três meses para o Governo entrar em negociações com o PAIGC, caso contrário dar-se-ia a contracção do dispositivo durante o mês de Maio, por forma a, em 1 de Junho, todas as tropas se concentrarem à volta de Bissau.

Este episódio, pouco conhecido, não teve o apoio do movimento, já minimamente organizado, mas teve o mérito de contribuir para o alertar de consciências.

Das reuniões de oficiais na Guiné resultaram duas grandes tomadas de posição. A primeira foi uma exposição enviada às mais altas entidades, datada de 28 de Agosto 83, subscrita por 52 oficiais e enviada com circular explicativa a todos os oficiais em serviço na Guiné. A segunda tomada de posição foi o abaixo-assinado contestando o Congresso dos Combatentes.

Assim o movimento ia-se definindo e alargando. As reuniões tornar-se-iam cada vez mais frequentes e importantes e integravam já representantes da Marinha e Força Aérea.

O *golpe das Caldas* a 16 de Março teve fortes repercussões na Guiné dadas as suas raízes spinolistas. Foi então que as reuniões do movimento passaram a realizar-se mais «às claras», ao ponto de suscitarem a intervenção do próprio Comandante Militar, que chegou a exigir conhecimento prévio da agenda e a impor um local oficial: *a biblioteca do QG!* Estas medidas traduziam um reconhecimento forçado, embora, do movimento o qual tinha já foros de irreversibilidade.

Paralelamente *os milicianos* organizavam-se também. A sua integração nunca foi prevista para não «espantar» as adesões de raiz classista.

Os dias que antecederam o 25 de Abril foram extremamente movimentados. Planeava-se a intervenção militar em Bissau com um duplo objectivo: reforçar as acções na metrópole ou cobrir um possível falhanço, colocando assim o regime numa posição difícil.

Foi montado no *Agrupamento de Transmissões* um quartel-general da revolta. Uma reunião aqui efectuada na noite de 24/25 não determinou claramente a intervenção na Guiné.

Aguardava-se a todo o momento a notícia do golpe em Lisboa por via radiotelefónica militar.

Mas foram os serviços de escuta das Transmissões militares que, Via Press Lusitânia, trouxeram as primeiras notícias pelas 5 horas da manhã de 25 (7 horas de Lisboa).

2. Golpe militar em Bissau

O dia 25 de Abril foi vivido em Bissau em constantes reuniões e permanente vigilância sobre as autoridades militares e Pide/DGS.

Foi marcada *prontidão operacional* para as 8 horas do dia 26 tendo-se decidido esperar por ordens de Lisboa salvo se outras razões surgissem.

Na madrugada de 26 de Abril decidiu-se passar à acção pelas razões seguintes:

- *indefinição do General* Comandante-Chefe que se mantinha em estreita ligação com a Pide.
- *haver na Guiné* menos possibilidades de actuar e tal ser altamente vantajoso por se tratar de uma tomada de posição do Exército em África que, assim, apontaria o caminho da descolonização. - *possibilidade de «arrastar»* também Moçambique.
- *prova de confiança ao PAIGC* que já tinha, aliás, declarado a independência da Guiné.

Assim os leaders do movimento (10 Oficiais) dirigiram-se ao Gabinete do General Governador e Comandante-Chefe, protegidos por forças pára-quedistas, ao qual comunicaram as decisões do movimento. Após vários incidentes, o General e alguns oficiais apoiantes foram obrigados a tomar o avião para Lisboa. O movimento ofereceu o comando militar ao Comodoro Almeida Brandão (CDMG) e o governo ao Tenente Coronel Mateus da Silva (do MFA).

Entretanto a Junta de Salvação Nacional havia determinado que, nas Províncias de Governos Simples, os Governadores eram substituídos pelos Secretários Gerais. Foi o primeiro choque com Lisboa, ao qual outros se seguiram.

O *dia 27 de Abril* traria uma forte surpresa para muita gente. A cidade de Bissau «explodia» em manifestação de rua vitoriando o MFA, a JSN e o PAIGC. Os dias seguintes seriam marcados por manifestações cada vez mais fortes e generalizadas a todo o território. Surgiram as primeiras reivindicações: extinção e prisão da Pide/DGS e libertação dos presos políticos. Seguiram-se perseguições aos agentes e denúncias e entregas dos informadores.

O *MFA*, no *governo local*, decidiu pela detenção e recolha dos agentes da Pide num local a 50 km de Bissau a fim de serem evacuados para Portugal. Esta medida visava, inclusive, a própria protecção física dos agentes. Seguir-se-ia a libertação dos presos políticos acelerada, tal como em Lisboa, por imposição das massas populares. Uma vez mais se contrariavam ordens da JSN, que determinavam a integração da Pide/DGS nos Serviços de Informação Militar.

Esta aberração não tinha, obviamente, a mais ténue hipótese de cumprimento.

As tropas africanas, que começavam a dar indícios de instabilidade: desconfiança relativamente aos europeus e medo relativamente ao PAIGC, viriam a constituir um dos muitos problemas que, doravante, se colocariam ao MFA na Guiné.

As tropas europeias, que já antes do 25 de Abril estavam indisciplinadas e desmoralizadas, ansiavam pelo regresso a Portugal.

É importante sublinhar que os incidentes mais graves em Bissau se deram no dia seguinte ao da chegada dos jornais da metrópole que relatavam a prisão dos agentes da Pide/DGS.

A inoperância das forças da ordem era evidente (o empenhamento dos agentes da PSP europeus poderia degenerar em conflitos raciais e os africanos estavam desmobilizados).

A coberto das manifestações de rua, oportunistas saqueavam casas comerciais, e partiam vidros de montras e carros. A 2 de Maio decretou-se pela primeira vez o recolher obrigatório.

A *acção do MFA*, junto dos ex-presos políticos e dos jovens que lideravam as manifestações, foi fundamental para estabilizar a situação.

No interior os incidentes eram mais graves. Até ao dia 6 de Maio, o período mais conturbado, registaram-se dez mortos entre a população.

E foram estes os factos mais graves passados nos primeiros dias após o golpe militar de 26 de Abril em Bissau.

A *falta de estruturas* adequadas e a inoperância das existentes, impediram uma rápida e eficaz intervenção, como posteriormente se viria a conseguir.

Era absolutamente indispensável criar condições mínimas de serenidade e estabilidade capazes de possibilitar o desenvolvimento de um processo de descolonização suficientemente controlado e digno.

Foi assim que, no seio do MFA, começou a ganhar corpo a ideia de se montarem estruturas que respondessem à nova situação criada.

3. Institucionalização do MFA/Guiné

- Lançamento de estruturas governamentais

Durante a vigência do 1.º Encarregado de Governo, Ten. Coronel Mateus da Silva foram criadas 4 comissões:

Política, Informação e Propaganda, Assuntos Cívicos e Segurança. Estas Comissões integradas por elementos do MFA e outros de reconhecida competência profissional, destacavam representantes que, em conjunto com o Encarregado de Governo, Secretário Geral e Chefe de Gabinete - também do MFA - formavam uma Comissão Coordenadora que se constituiu em Governo Provisório. Foi ainda criada uma «Comissão de Apoio ao MFA», formada por elementos cívicos africanos das camadas mais jovens.

Esta Comissão tinha por missão informar o MFA sobre a situação nos meios cívicos, informar e esclarecer as populações e colaborar na manutenção da ordem pública.

A Comissão Política coordenava as manifestações e comícios, contactava os líderes políticos dos vários partidos que, num ápice, se apresentaram (FLNG, MDG, LPG), e elaborava um Relatório Diário de Situação Político-Militar .

A Comissão de Assuntos Cívicos tratava dos problemas das populações, Refugiados, Evacuações, Desemprego, Extinção da Pide/DGS, etc ...

Estas estruturas ganharam «rodagem» rapidamente e responderam de forma admirável. Restava atacar o problema fundamental, o mais delicado e o mais difícil: o militar!

As Forças Armadas tinham já então atingido um nível crítico de indisciplina. Contestavam-se os comandos com ou sem razão. E comandos houve que provocavam essas situações por reacionarismo e para motivar regressos antecipados à Metrópole. -

Foi assim que o MFA deu prioridade à sua estruturação democrática.

- Estruturação democrática do MFA/Guiné

A fase da estruturação democrática decorreu durante a vigência do 2.^o Encarregado do Governo, então Brigadeiro Carlos Fabião, que chegou à Guiné no dia 7 de Maio de 74, acompanhado pelo Tenente-Coronel Almeida Bruno.

O *discurso de posse do novo* Encarregado do Governo denotava as directrizes apontadas pelo General Spínola e o desconhecimento natural da Guiné pós 25 de Abril. Foi, pois, recebido com preocupação e entendido pelas áreas mais radicais do MFA como uma reprovação da prática até então desenvolvida. Prática adoptada após reflexão suficiente, de acordo com o realismo das situações e com os novos parâmetros postos em jogo.

Em reunião prolongada pela noite entre o Brigadeiro Carlos Fabião, o Tenente Coronel Almeida Bruno, o Encarregado de Governo cessante e seu chefe de Gabinete, os dois últimos caracterizaram pormenorizadamente a Guiné pós 25 de Abril e as conseqüentes política e prática desenvolvidas pelo MFA. O Brigadeiro Fabião compreendeu a razão dos argumentos expostos e poucos dias lhe bastaram para se inserir e coordenar correctamente o processo desenvolvido, dando-lhe definitivamente o cunho da irreversibilidade.

O *Tenente-Coronel Almeida Bruno*, por delegação do MFA em Lisboa, deu aval à organização de cúpula do MFA, constituída por uma Comissão Central e uma Coordenadora de cada Ramo.

Esta organização foi comunicada em Assembleia Geral de oficiais de todos os quadros e Ramos das Forças Armadas na Guiné.

Seguiu-se a criação de um órgão executivo, *o Secretariado do MFA*.

Uma decisão de importância fundamental foi o facto de *a Comissão Central* se constituir em *Gabinete de Governo*, passando a reunir diariamente com o Encarregado do Governo.

Avançou-se de seguida com a estruturação democrática do MFA, através da criação de Delegações nas unidades e da constituição de uma Assembleia Geral. As delegações eram constituídas por dois oficiais (QP e QC), dois Sargentos (QP e QC) e duas praças, eleitos democraticamente.

Razões múltiplas apontavam para este passo decisivo do MFA que, mesmo antes de ser posto em prática, foi vivamente contestado e cuja decisão superior (local) só viria a ser tomada após longas discussões. Este projecto foi considerado, desde logo, como uma hierarquia paralela visando destruir a hierarquia estabelecida.

Esta, em muitos casos, por oposição ao processo, para alheamento e/ou incapacidade, tinha já perdido o controlo das tropas altamente indisciplinadas. Por outro lado as tarefas que, na circunstância, se exigiam às FA'S não seriam passíveis de cumprimento por uma certa parte dos chefes militares, a não ser que, após um saneamento elementar, se lhes fornecesse uma estrutura de apoio no sentido de restabelecer a hierarquia em termos de formas de comando correctas e a disciplina em termos de aceitação geral das novas missões. Os objectivos visados resumiam-se a: preservação da hierarquia e disciplina exigindo-se àquela a inserção nos novos parâmetros e no programa do MFA; apoio aos comandos na nova missão de descolonização; formação política e informação das Tropas numa base de isenção partidária.

Em impressões pessoais um oficial responsável do MF A escrevia na altura: «nas suas linhas gerais o projecto é correcto e viável. No entanto, exige uma grande disciplina dentro do MFA, como exige uma clara definição dos chefes perante a nova ordem, uma correcta orientação da actuação das Delegações, capacidade e inteligência política na Direcção do Movimento. Erros cometidos, incompreensões e afastamentos, fraqueza na condução do processo podem aniquilar estes objectivos. As consequências seriam desastrosas e é para as evitar que aqui estamos».

Não foi fácil, na verdade! Mas o momento, criou raízes em todas as unidades, alargou-se às Forças Armadas.

Abalou e derrubou comandos podres, mas fortaleceu e serviu comandos correctos.

Desta vez seria o EMGFA a opor-se a esta iniciativa, mas a determinação do Comandante-Chefe, apoiado no MFA, ultrapassaria uma vez mais todos os obstáculos.

Apesar de se criticar com frequência o ritmo acelerado do processo na Guiné, as naturais hesitações e as relativas paragens verificadas, criaram as condições para o aparecimento de movimentos esquerdistas, o mais importante dos quais o «MOVIMENTO PARA A PAZ», atingiu uma dimensão crítica e viria a colocar o MFA numa situação difícil. A sua própria designação subentendia o MFA como um movimento para a guerra. Ao movimento para a paz viriam a «colar-se» todos os oportunistas que aspiravam por um regresso imediato e irresponsável a Portugal. Daí o MPP, passar a ser conhecido por movimento do pira-te à pressa. As negociações com os seus *leaders* foram difíceis e morosas - os dias pareciam meses - até que, após a aprovação da estruturação democrática do MFA, o MPP em 5 de Junho 74 e através de uma proclamação, estabelecia a sua extinção e a sua unidade com o MFA.

A *Comissão Coordenadora do Programa*, representada pelo Major Melo Antunes, Cap. Ten. Almada Contreiras e Cap. FA Pereira Pinto deslocou-se à Guiné onde, a 6 e 7 de Junho reuniu com a Direcção do MFA local. Após vasta troca de informações os representantes da Comissão Coordenadora avalizaram todas as iniciativas do MFA na Guiné.

4. Algumas actividades do MF A na Guiné

Após a directiva sobre a estruturação democrática do MFA tomou-se necessário zelar pelo seu cumprimento. Alguns comandantes recusaram-se a autorizar o acto eleitoral, outros viriam posteriormente a boicotar o trabalho das Delegações.

Ultrapassada a resistência inicial, cuidou-se de pôr a organização a funcionar. Para tal elaborou-se e cumpriu-se um plano de reuniões com as delegações e deslocamentos do interior.

Numa acção bem conduzida, e cujo êxito teve também a ver com a pequenez do território, mantiveram-se os comandos e tropas ao corrente das negociações com o PAIGC (ponto de geral e crucial interesse), apoiaram-se os comandos até ao limite do possível - os saneamentos, poucos, foram na maior parte dos casos de motu próprio - disciplinaram-se relacionamentos hierárquicos nos dois sentidos, travaram-se exageros e radicalismos, desenvolveram-se e trocaram-se experiências altamente positivas, de âmbito cultural, de apoio às populações, de ligação ao P AIGC e de preparação das Tropas para o regresso a Portugal dada a situação específica" pós 25 de Abril.

No mês de Julho promoveram-se duas Assembleias Gerais do MFA na Guiné e duas reuniões alargadas.

A 1 de Julho 74 com cerca de 800 presenças, foi aprovada por aclamação uma MOÇÃO de extrema importância, na qual se deliberou exigir do Governo Português o reconhecimento da República da Guiné-Bissau, aliás já reconhecida por um número de países superior ao daquele com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas; exigir o reatamento das negociações com o PAIGC, após o impasse de Argel; apelar para que os militares portugueses encarem sua presença actual e futura na Guiné, como forma de prestar a sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné, assim contribuindo para o pagamento da dívida histórica criada pelo colonialismo português.

Esta MOÇÃO seria citada na íntegra pela Rádio Libertação (PAIGC), após revelar também os planos do Governo Português de efectuar um referendo na Guiné.

Nesta mesma Assembleia Geral foi apresentado um importante estudo sobre a situação económico-financeira, elaborado por uma comissão então criada.

Entretanto, os inúmeros problemas de âmbitos civil e militar, de negociações com o PAIGC e de relacionamento com o Governo Central iam sendo analisados em reuniões de Governo diárias, nas quais participava maioritariamente a Comissão Central do MFA.

O crescente entendimento da Comissão com o Encarregado do Governo, Brigadeiro Carlos Fabião, levou a Direcção do MFA a reconhecê-lo publicamente.

Assim, a Assembleia Geral realizada a 29 de Julho com cerca de 1000 presenças foi manifestado o apoio do MFA ao Governador e Comandante-Chefe, pela política consequente e corajosa de descolonização que tem levado à prática, pela identidade de princípios e objectivos que, no fundamental, tem demonstrado em relação ao MFA ao qual pertence de pleno direito. Na sequência foi aprovada uma MOÇÃO de apoio, largamente difundida e enviada ao MFA em Portugal.

5. Conclusões

A Guiné foi, por assim dizer, o berço do MFA. Foram aqui lançadas as raízes da transformação do movimento de reivindicação em movimento revolucionário, como foi aqui que o MFA «ensaiou» as suas formas estruturais e os seus próprios órgãos de informação.

O MFA na Guiné transformar-se-ia, assim, num modelo reduzido do que viria a ser, mais tarde, o MFA em Portugal.

Algumas diferenças qualitativas delimitam, no entanto, os dois processos.

O MFA na Guiné, conspirou, triunfou, governou e descolonizou até à entrega correcta de um território a um povo legitimamente representado pela sua vanguarda revolucionária - o PAIGC.